

A TRANSPOSIÇÃO DIGITAL E A CONSTRUÇÃO DE SABERES NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Digital transposition and the construction of knowledge in distance education

Priscila Patrícia Moura Oliveira¹
Ronaldo Júlio Baganha²

Resumo: A Educação a distância, modalidade em franca expansão no Brasil, possui particularidades que tornam a sua organização e oferta bastante diferentes do ensino presencial. Portanto, este artigo examina os aspectos estruturais e didático-metodológicos da transposição digital, com o objetivo de compreender o papel desse elemento para a construção de saberes na Educação a distância. O estudo e análise do processo de ensino e aprendizagem na EaD é fundamental para o desenvolvimento de padrões capazes de garantir uma formação significativa e de qualidade aos egressos.

Palavras-chave: Educação a distância; Transposição digital; Processo de ensino e aprendizagem.

Abstract: Distance Education, a rapidly expanding modality in Brazil, has particularities that make its organization and offering quite different from the in person teaching. Therefore, this article examines the structural and didactic-methodological aspects of digital transposition, with the aim of understanding the role of this element in the construction of knowledge

¹Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Estudante PPGEducS - UNIVAS.
E-mail: priscila.patricia@escolar.ifrn.edu.br.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7694642462413275>

²Doutor em Ciências do Movimento Humano. Professor Pesquisador PPGEducS - UNIVAS.
E-mail: ronaldobaganha@univas.edu.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0297852906996123>

in distance education. The study and analysis of the teaching and learning process in distance learning is fundamental for the development of standards capable of guaranteeing meaningful and quality training for graduates.

Keywords: Distance education; Digital transposition; Teaching and learning process.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo vírus COVID-19 popularizou o ato de estudar sem estar fisicamente na escola. Por terem sido obrigados a manterem-se separados e isolados para evitar a propagação do vírus, professores e alunos lançaram mão dos recursos tecnológicos para seguir ensinando e aprendendo, buscando assim atenuar os devastadores e já conhecidos efeitos da doença no cotidiano da maioria dos brasileiros (Oliveira, 2023).

Termos como Educação a distância, ensino remoto, *e-learning*, AVA, tutoria, entre outros, passaram a integrar o vocabulário de cada vez mais pessoas, mas, se engana quem acredita que esse é um movimento novo.

A Educação a distância é definida por Belloni (2008) como a modalidade de ensino e aprendizagem na qual professores e alunos se encontram separados no espaço, utilizando-se dos meios de comunicação tecnicamente disponíveis para mediar a sua relação pedagógica de forma síncrona ou assíncrona.

As primeiras iniciativas de Educação a distância aconteceram nos Estados Unidos e na Europa, ainda no século XVIII. No Brasil, ações semelhantes foram observadas a partir do século XIX, mas a modalidade só tomou força na primeira metade do século XX.

Na década de 1990, o advento dos computadores e da internet impulsionou a modalidade de ensino, culminando, na década seguinte, com o credenciamento das primeiras instituições para oferecer cursos superiores através da modalidade. O que, à época, consistia na transmissão periódica, via satélite, de aulas ao vivo, hoje se transformou em um processo multimídia e digital, onde o estudante tem acesso a uma variedade de materiais e ao acompanhamento docente, que pode ser acessado quando, onde e como ele precisar.

Tais condições têm contribuído para que estudar à distância seja a opção da maioria dos brasileiros que buscam formação profissional ultimamente. Conforme o Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil - 2020, a modalidade é preferida principalmente por mulheres entre 30 e 43 anos de idade, pertencentes às classes C, D e E. O documento também aponta como motivos de preferência pela modalidade: a distância entre a casa e a escola, a necessidade de conciliar estudos e trabalho e a possibilidade de se estudar usando o celular (Abed, 2020).

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, nos últimos 10 anos, o número de cursos superiores na modalidade de Educação a distância cresceu oito vezes, saltando de 1.148 para 9.186. O documento revela ainda que dos mais de 4,7 milhões de alunos ingressantes de 2022, entre instituições públicas e privadas, mais de 3 milhões optaram por cursos à distância e 1,6 milhão, pelos presenciais. Em 2012, a participação percentual dos novos alunos em cursos superiores *online* era de 19,7%, mas, atualmente, alcança 65,2% dos estudantes (MEC/INEP, 2022).

Para Mill (2018), esta expansão traduz-se em: “[...] uma alternativa de democratização do acesso ao conhecimento e à formação por indivíduos que residem em regiões isoladas, com escassas oportunidades

educacionais ou que não disponham de tempo ou condições objetivas para estar em cursos presenciais” (Mill, 2018, p. 551). Está, portanto, alinhada à estratégia 12.10 do Plano Nacional de Educação, que é “assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação” (Brasil, 2014).

Todavia, é sabido que a Educação a distância possui especificidades próprias, dentre as quais se destacam a distância física entre professor e aluno, a interação mediada por recursos tecnológicos de informação e comunicação, a centralidade da aprendizagem no estudante e a autonomia dele na gestão e organização de seu processo de estudo. Estas características demandam uma abordagem diferenciada do processo de ensino e aprendizagem, de maneira a adaptar a sua estrutura pedagógica e os seus elementos didático-metodológicos às particularidades da modalidade (Vargas, 2020).

Este trabalho se dedica a compreender de que maneira ocorre o processo de transposição digital no âmbito da Educação a distância, no intuito de dimensionar a sua importância para a construção de saberes nessa modalidade de ensino onde as especificidades e complexidades de oferta devem ser cuidadosamente observadas, sob o risco de esvaziamento do processo de ensino e aprendizagem e decorrente queda na qualidade dos profissionais dela egressos.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Segundo Pfromm Neto (2001), o surgimento e desenvolvimento da imprensa no século XV contribuíram de forma maciça para o avanço da Educação a distância. Em 20 de março de 1728, o professor Cauleb Phillips publicou um anúncio na Gazeta de Boston, oferecendo aulas de taquigrafia por meio de lições semanais enviadas via correio. O século XX

trouxo o aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação. Tais avanços influíram positivamente no desenvolvimento da Educação a distância, possibilitando o advento de novos e diversificados cursos através de novas técnicas e metodologias.

No Brasil, o marco inicial do ensino por correspondência data de 1904. A partir de então, a evolução da modalidade acompanhou o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Já havia algumas iniciativas de Educação a distância por meio do cinema e da radiodifusão na década de 1910, mas a consolidação desses recursos tecnológicos como meios de propagação da educação só aconteceu a partir da segunda metade do século XX.

A partir das décadas de 1960 e 1970, a Educação a distância passou a aliar as transmissões de rádio e televisão aos materiais escritos, assim como aulas em fitas de áudio e vídeo; o que favoreceu um aumento na abrangência da modalidade de ensino. Nesse bojo, destacam-se duas conhecidas iniciativas. Uma delas é o Projeto Minerva que transmitia um programa de preparação para os exames supletivos em cadeia nacional de rádio, alcançando todo o país. A outra é o Telecurso 2000, que ocupava as madrugadas da programação da Rede Globo, transmitindo módulos de cursos profissionalizantes e de disciplinas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, para que os trabalhadores pudessem completar os seus estudos ou se qualificar profissionalmente (Belloni, 2002).

A regulamentação da Educação a distância no Brasil se deu em 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/1961, cujo art. 25 trazia a previsão de que os cursos supletivos fossem ministrados através de meios de

comunicação capazes de atingir o maior número possível de alunos (Souza et al., 2018).

O microcomputador, elemento cujo acesso simplificou-se, principalmente a partir da metade da década de 1980, transformou-se em ferramenta facilitadora da educação, graças à possibilidade de integrar múltiplos meios, como textos, sons e imagens. A massificação do uso da Internet também foi de grande valia para a área educacional, transformando-se hoje no principal meio de obtenção e transmissão de conhecimentos. Por favorecer uma maior fixação dos conteúdos e possibilitar um retorno imediato sobre a aquisição das informações, a Internet é o meio mais utilizado pela Educação a distância atualmente, abrangendo modalidades educacionais, que vão de cursos de línguas e qualificação profissional, a cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

3. DA TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA À TRANSPOSIÇÃO DIGITAL

O termo transposição didática é definido por Perrenoud (1993, p. 25 apud Almeida, 2011, p. 9), como “a essência do ensinar, ou seja, é a ação de fabricar artesanalmente os saberes, tornando-os ensináveis, exercitáveis e passíveis de avaliação no quadro de uma turma, de um ano, de um horário, de um sistema de comunicação e trabalho”.

Surgido em 1975, o termo foi esmiuçado por Chevallard, o qual identificou três tipos diferentes de saberes que se interligam no processo de transposição didática. Neste processo, portanto, o professor transforma o saber elaborado nas esferas científicas em saberes “ensináveis” aos alunos que, por sua vez, os transformam em saberes aprendidos. Por este motivo, o educador francês afirma que, para que seja possível ensinar determinado conteúdo, é preciso que este passe por

determinadas deformações que o tornem passível de ser ensinado (Almeida, 2011).

Para Mill (2018), a organização da Educação a distância deve levar em consideração as características intrínsecas à modalidade no planejamento de ações pedagógicas que propiciem a construção coletiva e colaborativa do conhecimento. Ele explica que uma estrutura adequada:

[...] abarca distintas formas de estudo e envolve atividades realizadas sob a supervisão (contínua ou não) de tutores/educadores, presentes com seus alunos em sala de aula, sem dispensar os benefícios do planejamento, do acompanhamento e da orientação de uma organização tutorial pedagogicamente bem estruturada (Mill, 2018, P. 199).

Percebe-se, portanto, que a Educação a distância não se reduz à simples transposição do ensino presencial para o meio digital e requer modelos próprios de organização e estruturação. Isso, porque, conforme Hodges *et al.* (2020), as pesquisas que apontam a eficácia da modalidade também determinam que ela esteja condicionada a um planejamento instrucional cuidadoso, com base em um modelo de concepção e desenvolvimento sistemático.

Ao processo de desenvolvimento de materiais de ensino que favoreçam o processo de aprendizagem a distância dá-se o nome de transposição didático-pedagógica, ou transposição digital. Seu principal objetivo é tornar o conteúdo mais envolvente e convidativo, garantindo que seja adaptável e acessível às tecnologias de informação e comunicação (Filatro, 2018).

Considerando as características intrínsecas da EaD, bem como a aplicação mais intensa das TICs em seu âmbito, percebe-se a importância crescente da transposição digital. Isso porque, numa infinidade de possibilidades tecnológicas a serem utilizadas no processo

de ensino e aprendizagem, é preciso selecionar cuidadosamente aquelas que mais se adéquem para “traduzir pedagogicamente” um determinado conteúdo a ser trabalhado.

Costa et al.(2022) corroboram ao afirmar que a transposição didática vai além de uma simples adaptação dos materiais já existentes no ensino presencial, tampouco da simplificação do difícil ou eliminação do abstrato. Faz-se necessário conjugar os recursos disponíveis de modo a criar uma metodologia própria, capaz de oferecer objetos de aprendizagem que propiciem experiências equivalentes e igualmente significativas àquelas vivenciadas em ambiente presencial.

Filatro (2018) destaca algumas importantes particularidades da transposição digital. Uma delas é a multimídia, visto que a maioria dos recursos educacionais na EaD encontram-se registrados em diferentes mídias e são veiculados por meio de diferentes tecnologias. Outra é a necessidade de gerar conteúdos autossuficientes, os quais serão utilizados pelos alunos tanto em momentos de estudos colaborativos, quanto em situações de aprendizagem autônoma.

Bandeira (2017) explica que pode ser caracterizada como instrucional toda proposta de material didático onde há a associação de um processo educacional a um meio de comunicação, com vistas a comunicar uma mensagem e facilitar a aprendizagem. A autora informa que esse tipo de material se popularizou na década de 1960, nos Estados Unidos, num movimento de desenvolvimento de modelos de sistematização do processo de ensino e aprendizagem.

Na década seguinte, instituições européias passaram a adotar materiais instrucionais ao expandirem a sua oferta de cursos, o que acabou influenciando outras entidades com propostas de ensino híbridas ou totalmente a distância. No Brasil, esse tipo de material começou a tornar-se relevante mais recentemente, com a expansão e avanço das

tecnologias de informação e comunicação. Nesse contexto, o *design* instrucional passou a contribuir não só com o desenvolvimento de materiais didáticos, mas também de ambientes virtuais de aprendizagem e de aplicativos multimídia.

De acordo com Bandeira (2017):

[...] a variedade e a diversidade das combinações entre modalidades de educação e tecnologias de informação e comunicação ampliaram o campo de pesquisa e produção do *design* instrucional e, também, o trabalho em equipe, por meio da contribuição de diferentes profissionais (Bandeira, 2017, p. 153).

Portanto, em uma mesma equipe de *design* instrucional, é possível encontrar desde pedagogos e administradores, até programadores, editores e especialistas em áudio e vídeo.

Para Belloni (2012 apud Silva, 2017, p. 84 - 85), o *designer* instrucional é o “profissional responsável pela organização pedagógica dos conteúdos e por sua adequação aos suportes técnicos a serem utilizados na produção de materiais”. Além disso, precisa trabalhar de forma integrada às equipes pedagógica e técnica, de maneira garantir que os materiais produzidos sejam de boa qualidade tanto pedagógica quanto de acessibilidade e comunicação, servindo-se ao propósito de contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem. Por conta disso, a transposição digital acaba sendo mais complexa, visto que demanda a soma de esforços de profissionais de diferentes áreas para a sua realização.

4. A TRANSPOSIÇÃO DIGITAL NOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

No intuito de colaborar para a disseminação da ideia de uma estrutura própria para a Educação a distância, o Ministério da Educação

lançou, em 2003, os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007). A sua versão mais recente data de 2007 e estabelece padrões norteadores para a regulação, supervisão e avaliação da modalidade, contendo orientações teórico-metodológicas e para a organização de sistemas de EaD no país (MEC/SEED, 2007).

O documento aponta que a Educação Superior, oferecida tanto de forma presencial ou distância, tem o objetivo de desenvolver indivíduos capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa. Na Educação a distância, visto as diversas combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância, isso passa por uma estrutura que favoreça uma articulação inovadora de seus principais elementos, de modo a permitir “o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado (MEC/SEED, 2007, p. 9).

Conforme os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007), os parâmetros de qualidade para os cursos de graduação oferecidos à distância no Brasil consideram aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Dentre os principais, destacam-se:

- (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- (ii) Sistemas de Comunicação;
- (iii) Material didático;
- (iv) Avaliação;
- (v) Equipe multidisciplinar;
- (vi) Infra-estrutura de apoio;
- (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
- (viii) Sustentabilidade financeira (MEC/SEED, 2007, p. 8).

No que se refere ao material didático, os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007)

informam que deve ser elaborado em conformidade com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico do curso. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências específicas, além de facilitar a construção do conhecimento e a interlocução entre docente e discentes (MEC/SEED, 2007).

Os referenciais recomendam que as instituições elaborem seus materiais de modo a integrar as diferentes mídias, explorando a convergência de diversos recursos e possibilidades, em uma perspectiva de contribuir para a construção do conhecimento através da interação de diversos atores. Após a elaboração, o material deve ser submetido a um processo de avaliação prévia, cujo rigor determine e identifique a necessidade de correções, propiciando um aperfeiçoamento continuado (MEC/SEED, 2007).

O documento deixa bastante claro que a produção de materiais didáticos para a Educação a distância não se reduz ao simples reaproveitamento daquilo que foi elaborado para a modalidade presencial. Isso por que:

A produção de material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, CD-Rom, páginas WEB, objetos de aprendizagem e outros, para uso a distância, atende a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo (MEC/SEED, 2007, p. 13 - 14).

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007) recomendam que:

[...] os docentes responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados a uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas web, entre outros (MEC/SEED, 2007, p. 13 - 14).

Os profissionais responsáveis pelo *design* instrucional integram a chamada equipe multidisciplinar, definida pelos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007) como aquela que se ocupa do planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância. Está compreendida na categoria de pessoal técnico-administrativo, à qual se somam as categorias dos docentes e dos tutores.

É tarefa dos docentes, entre outros:

- [...] b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
 - c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
 - d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
 - e) elaborar o material didático para programas a distância; [...]
- (MEC/SEED, 2007, P. 20).

Belloni (2012 apud Silva, 2017) categoriza os docentes da Educação a distância em Professor Formador, Professor Pesquisador e Conceptor e Realizador de cursos e materiais. O primeiro se responsabiliza por orientar o processo de construção do conhecimento pelo aluno. O segundo tem a incumbência de se especializar na disciplina ministrada, orientando e desenvolvendo pesquisas sobre ela. Já o último é aquele que “prepara os planos de estudos, currículos e programas; seleciona conteúdos, elabora textos base para unidades de cursos” (p. 84).

5. CONTRIBUIÇÕES DA TRANSPONSIÇÃO DIGITAL PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES NA EAD

Devido às especificidades da organização didático-metodológica da Educação a distância, o trabalho de um professor que atua presencialmente é desmembrado em partes, as quais cada uma reproduz as principais funções da docência presencial. Observa-se, portanto, que a função de realizar a transposição didática cabe ao

Conceptor e Realizador de cursos e materiais, que precede diretamente o trabalho do *designer* instrucional.

Mill e Veloso (2018) caracterizam essa estrutura colaborativa e fragmentada do trabalho docente na Educação a distância como polidocência. Eles explicam que o termo se refere ao coletivo de profissionais com formação e funções diversas, os quais se responsabilizam pelo processo de ensino e aprendizagem em uma modalidade de ensino que tem muitas particularidades em relação às demais.

Os autores explicam que a polidocência na EaD não pode ser confundida como multifunção, multitarefa ou multitrabalho, uma vez que, nesse tipo de equipe, geralmente encontram-se profissionais com demandas semelhantes, os quais se organizam em conjunto para projetos esporádicos. Já a polidocência tem como característica principal a dependência entre os docentes de cada uma das categorias, já que a condução do processo de ensino e aprendizagem depende de sua atuação coordenada.

Outra diferença é que os docentes da modalidade presencial se responsabilizam por um grupo menor de alunos, motivo pelo qual é capaz de, sozinho, organizar os conteúdos, administrar a turma e ministrar as aulas. O polidocente, por sua vez, tem sob a sua responsabilidade uma quantidade muito maior de alunos. Por isso, e considerando as peculiaridades da docência virtual, dividir as responsabilidades e concentrar-se apenas em uma delas torna-se mais eficiente pedagogicamente.

Uma dessas peculiaridades é o manejo do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), definido por Maciel (2018 apud Anjos, 2013) como:

[...] uma ou mais soluções de comunicação, gestão e aprendizado eletrônico, que possibilitam o desenvolvimento, a

447

integração e a utilização de conteúdos, mídias e estratégias de ensino-aprendizagem a partir de experiências que possuem ou não referência com o mundo real e são virtualmente criadas ou adaptadas para propósitos educacionais (Maciel, 2018, p. 32 apud Anjos, 2013, p. 53).

Esses ambientes se utilizam dos recursos de comunicação e interação proporcionados pelas novas tecnologias para oportunizar trocas de experiências, compartilhamentos de ideias e construções colaborativas de conhecimentos. Dessa maneira, viabilizam o desenvolvimento dos estudantes através da interação mediada entre os pares, como a que normalmente acontece no ensino presencial.

Conforme os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007), essa ferramenta precisa ser adequadamente desenvolvida para os cursos aos quais se destinam, atendendo às necessidades individuais apresentadas pelos estudantes e promovendo uma comunicação global com os integrantes das três categorias da equipe multidisciplinar e entre eles próprios.

Esta sala de aula virtual é mediada pela figura do Tutor, que “orienta o aluno em seus estudos relativos à disciplina pela qual é responsável, esclarece dúvidas e explica questões relativas ao conteúdo da disciplina; em geral participa das atividades de avaliação” (Belloni, 2012 apud Silva, 2017, p. 85).

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007) fazem uma distinção entre o tutor a distância, que se relaciona com alunos exclusivamente através dos recursos tecnológicos de informação e comunicação; e o tutor presencial, que também se relaciona presencialmente com eles.

Qualquer que seja o tipo de tutoria, o documento enfatiza a necessidade de que os tutores tenham domínio do conteúdo e pleno conhecimento do projeto político pedagógico do curso, do material

didático e do ambiente virtual de aprendizagem, além de comunicação efetiva com a equipe docente. Isso porque ele é o elemento da equipe multidisciplinar que estará mais próximo dos alunos, tornando-se um responsável direto pela motivação e interesse deles no curso. Além disso, tem participação direta na prática pedagógica, ao “contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico” (MEC/SEED, 2007, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (contínua trimestral) o percentual de brasileiros que possuía o Ensino Superior completo saltou de 8,11% no 4º trimestre de 2012 para 13,27% no mesmo período de 2022. Considerando-se os dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, este sensível aumento representa que, atualmente, mais de dez milhões de cidadãos possuem um curso superior completo no Brasil (IBGE, 2023).

Tal crescimento pode ser creditado, de certa maneira, à notável evolução da Educação a distância no país, principalmente nos últimos anos. O crescimento foi responsável pela democratização do ensino superior, ao permitir o acesso a ele independentemente de condicionantes como distância, tempo e até mesmo classe social. Contudo, como qualquer expansão, a da Educação a distância vem acompanhada de desconfiança, principalmente daqueles que a comparam com a modalidade presencial.

Inicialmente, cabe destacar que a Educação a distância não é uma modalidade recente, tendo se desenvolvido em uma época onde o conhecimento restringia-se a locais (e pessoas) pré-determinados. O

seu desenvolvimento deu-se de forma adjacente à modalidade presencial, vista como formação de segunda categoria, porque eram normalmente preferidos por indivíduos de baixa renda e que não tiveram oportunidades de ingressar no Ensino Superior (CORTELAZZO, 2013).

Na atualidade, a realidade da expansão do ensino superior no Brasil escancara a participação da Educação a distância, dessa vez, como protagonista. As instituições se popularizam, seus pólos se multiplicam, os cursos se diversificam e mais e mais cidadãos recorrem à modalidade para alcançar o diploma universitário. Porém, antes de enaltecer a democratização alcançada por essa etapa de formação no país, algo que certamente é muito importante, é preciso analisar cuidadosamente esse cenário.

Muitos são os questionamentos levantados acerca da qualidade do ensino oferecido aos estudantes na modalidade de Educação a distância, levando a pesquisas que se debruçam a realizar análises com fulcro na relação modalidade/qualidade. Figueiredo et al. (2017) apud Bertolin (2021), por exemplo, demonstraram que os cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância têm obtido resultados melhores ou iguais aos mesmos cursos ofertados na modalidade presencial. Já Bertolin (2021), afirma que os cursos presenciais registraram melhor desempenho que os cursos EaD das áreas de ciências sociais aplicadas.

É preciso ressaltar, no entanto, que ambas as pesquisas obtiveram os dados sobre o desempenho acadêmico dos estudantes do nível superior brasileiro através do ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. O exame avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, que são as mesmas, seja o curso oferecido na modalidade presencial, seja oferecido na modalidade EaD (Bertolin, 2021).

Portanto, esta é uma variável difícil de mensurar, tanto por falta de dados específicos, quanto pelo fato de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional permitir “a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 1996). Dessa maneira, não há uma padronização de oferecimento, acompanhamento ou avaliação dos cursos oferecidos por meio da Educação a distância, devendo estes seguir as diretrizes e regulamentações específicas de cada modalidade.

Não obstante, o país possui critérios de qualidade a serem observados pelas instituições de ensino superior no desenvolvimento de suas propostas pedagógicas de Educação a distância. Apesar de um tanto desatualizados, os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC/SEED, 2007) estabelecem elementos norteadores importantes para a modalidade, capazes de propiciar uma aprendizagem significativa para os estudantes que por ela optarem.

O documento deixa claro aquilo que a grande maioria dos pesquisadores da área já afirmou: a modalidade de Educação a distância carece de um cuidadoso planejamento e de uma estrutura totalmente diferenciada daquela encontrada na educação presencial para se desenvolver de forma adequada. Portanto, não bastam simples adaptações ou conversões daquilo que é oferecido presencialmente para o EaD. É preciso criar e desenvolver uma estrutura, recursos e materiais capazes de permitir a construção e consolidação do conhecimento pelos estudantes, considerando as circunstâncias relacionadas ao tempo e ao espaço de aprendizagem, imbricadas na Educação a distância.

Assim, percebe-se, que ao contrário do senso comum, a grande diferença entre a EaD e a educação presencial não está na aplicação educacional dos recursos tecnológicos de informação e comunicação,

mas sim na sua estrutura e organizações pedagógicas diferenciadas. Nela, à relação entre o estudante e o conhecimento acrescentam-se outros atores além do professor. Um deles é a transposição digital, cuja complexidade faz convergir uma ampla estrutura de profissionais e condições. A sua eficácia, por sua vez, depende da ação conjunta de outros profissionais e recursos, além das capacidades de autonomia e autogestão por parte dos alunos.

Portanto, a construção de saberes na Educação a distância deve ser encarada como um processo resultante da combinação entre muitas variáveis, as quais, organizadas em uma estrutura específica, têm o objetivo de garantir ao estudante as condições ideais para o seu aprendizado. Contudo parte dessa estrutura é o próprio aluno, ao qual cabe conjugar esforços de disciplina e empenho para usufruir de todas as ferramentas desenvolvidas e dos profissionais dedicados a mediar o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABED. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2020.**

Curitiba, InterSaberes, 2022. Disponível em:

http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2020_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

ALMEIDA, G. P. de. **Transposição didática: por onde começar?** São Paulo: Cortez, 2011.

BANDEIRA, D. **Material didático: criação, mediação e ação educativa.**

Curitiba: Intersaberes, 2017.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a Educação a distância no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 117-142, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/yvpWm7vFNqhpZYMtjn8kHZD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 fev. 2024.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2008.

BERTOLIN, J. C. G. Existe diferença de qualidade entre as modalidades presencial e a distância?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/D3V5HhqRcBvPsthDdjxwXYS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

CORTELAZZO, I. B. C. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em Educação a distância**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

COSTA, F. A. *et al.* O uso de objetos educacionais digitais: A transposição didática tecnológica digital dos produtos educacionais da educação profissional e tecnológica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25587/22330>. Acesso em 20 fev. 2024.

FILATRO, A. **Como preparar conteúdo para EaD**. São Paulo: Saraiva, 2018.

HODGES, C. *et al.* The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. **Educause review**, 2020. Disponível em:
<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 16 fev. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MACIEL, C. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (verbetes). In: MILL, Daniel. (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 31 - 33.

MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2022**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

MEC/SEED. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em 16 fev. 2024.

MILL, D. Educação a distância (verbetes). In: MILL, Daniel. (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 198-203.

MILL, D.; VELOSO, B. Polidocência na Educação a distância (verbetes). In: MILL, Daniel. (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 506 - 510.

OLIVEIRA, S. da S. *et al.* Implicações do foco de atenção no ensino remoto: efeitos do período pandêmico da covid-19 no ensino superior. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 8, nº18, jul-dez/2023, p. 206-228. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistadissol/article/view/1107/580>. Acesso em: 9 fev. 2024.

PFROMM NETTO, S. **Telas que ensinam**: mídia e aprendizagem do cinema ao computador. Campinas: Alínea, 2001.

SILVA, E. V. O ensino superior no cenário da Educação a distância. **Revista Educar FCE**. v. 6, n. 01, p. 76, 2017. Disponível em: <https://www.fce.edu.br/pdf/EDUCAR-FCE-6ED-VOL1-23-06-207.pdf#page=76>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOUZA, F. R. A. *et al.* Por correspondência e pela internet: história da Educação Profissional a distância no Brasil. **Boletim Técnico do Senac**, v. 44, n. 2, mai-ago., 2018. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/698/585>. Acesso em: 09 fev. 2024.

VARGAS, J. Principais componentes da Educação a distância e do Design Instrucional. **Em Mar Aberto**. Fiocruz: Brasília, 2020. Disponível em: <https://brasilia.fiocruz.br/maraberto/principais-componentes-da-educacao-a-distancia-e-do-design-instrucional/>. Acesso em 16 fev. 2024.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

OLIVEIRA, P. P. M.; BAGANHA, R. J. A transposição digital e a construção de saberes na educação a distância. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 9, nº 20, jan-jun/2024, p. 435-455.